



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC/TJES

ATA DE REUNIÃO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC/TJES	Nº: 020/2018
	Data: 26.11.2018

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
26.11.2018	14h00min	17h30min	Sala de Reuniões da Presidência/TJES

2. Participantes

Nome	Designação/Órgão
Fabio Clem de Oliveira	Desembargador Presidente do Comitê
Fábio Brasil Nery	Juiz Assessor Especial da Presidência do TJES
Adriano Corrêa de Mello	Juiz Corregedor
Aldary Nunes Júnior	Juiz de Direito
Lyrio Régis de Souza Lyrio	Juiz de Direito
Paula Ambrozim de Araújo Mazzei	Juiz de Direito
Marcelo Feres Bressan	Juiz de Direito
Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça
Marcelo Tavares de Albuquerque	Secretário-Geral do TJES
Carlos Vinicius de Arimatéa	Secretário de Tecnologia da Informação do TJES
Cintia Simões Varejão	Secretária de Gestão de Pessoas
Daniel de Souza Correa	Coordenador de Desenvolvimento
Marcio Flavio Barbosa de Souza	Técnico de Informática



3. Pauta

Descrição
1. Cronograma de Reuniões do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC
2. Atividades da última reunião <ul style="list-style-type: none">2.1. Central de Mandados2.2. Cadastro de Delegatários de Foro Extrajudicial2.3. Painel BI2.4. Expansão PJe - Cronograma
3. Implantação SIARHES
4. Desvio de Função
5. Nomeação para Cargos de Assessoria na STI
6. Principais entregas
7. Projetos em andamento
8. Manutenção Programada
9. Plano de Contratação

4. Deliberações

Descrição
Iniciada a reunião, o Sr. Carlos Arimatéa citou as seguintes demandas a serem tratadas: Atividades da Última Reunião, Gestão de Demandas, Manutenção Programada, Propostas da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI.
1. Cronograma de Reuniões do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC: O Sr. Carlos Arimatéa apresentou o cronograma contendo a data das próximas reuniões que serão realizadas na última segunda-feira de cada mês. Sugeriu ainda, que o calendário seja publicado no sítio eletrônico do PJES, na área do Comitê. <u>A proposta foi aceita pelo membros presentes do Comitê.</u>
2. Atividades da última reunião O Sr. Carlos Arimatéa citou o andamento dos Projetos tratados na reunião anterior, sendo estes: Central de Mandados, Cadastro de Delegatários de Foro Extrajudicial, Painel BI e Migração para o PJE 2.0.
2.1. Central de Mandados No que concerne à Central de Mandados, informou que 75% do projeto foram concluídos, ressaltando que as alterações técnicas necessárias para o início do piloto foram entregues no dia 01/11/2018. Prosseguiu relatando que, apesar da parte técnica ter sido concluída, há outras etapas que necessitam ser superadas, como, por exemplo, a publicação do ato normatizando o funcionamento, a capacitação e o acompanhamento do piloto. Ademais, informou que devido às férias do técnico que atua no projeto, o piloto deverá se iniciar em Janeiro de 2019, nos juízos de Vila Velha e Viana.
2.2. Cadastro de Delegatários de Foro Extrajudicial Com relação ao Cadastro de Delegatários de Foro Extrajudicial, foi informado que a demanda encontra-se 90% (noventa por cento) concluída, e ainda, que o sistema está disponível para homologação pela Corregedoria Geral da Justiça do Espírito Santo - CGJ-ES.



Prosseguiu relatando que, a priori, não há desafios ou bloqueios com relação a esta demanda. Informou ainda, que os próximos passos a serem realizados serão a validação da CGJ-ES e a publicação do sistema.

2.3. Painel BI

No que diz respeito ao Painel BI, relatou que 15% (quinze por cento) do projeto, concernente à Gestão Unidade Judiciária, encontram-se atendidas. Ressaltou que há apenas um servidor lotado nessa frente, sendo que este também presta o atendimento de outras demandas, tais como: relatórios, pedidos de informação do CNJ, pedidos de informações provenientes da Lei de Acesso à Informação, dentre outros. Alegou também que o desenvolvimento do Painel de Metas e Painel da Corregedoria ainda não foi iniciado. Prosseguiu informando que a capacitação da equipe, o ambiente de homologação e carga de dados do sistema EJUD foram concluídos, tendo afirmado ainda que a próxima etapa a ser concluída é o desenvolvimento e realização de carga para os outros Sistemas (2ª instância, PROJUDI, SIEP e PJE), e o aperfeiçoamento do design dos painéis de informações (Dashboards).

Dra. Paula Mazzei questionou sobre a representatividade do EJUD com relação à totalidade de processos do PJES e a disponibilidade estatística dos processos no novo Painel.

Sr. Carlos Arimatéa informou que o sistema EJUD é responsável por aproximadamente 90% (noventa por cento) da totalidade dos processos que tramitam no PJES, e que o novo Painel BI já tem a capacidade para apresentar os dados estatísticos desses processos.

Sr. Carlos Arimatéa sugeriu a realização de testes por um grupo de juízes designados pelo GTIC.

Inicialmente, Dr. Adriano Mello sugeriu que a abrangência se destine a um grupo maior e varas com maior nº de processos, por ter mais proveito na validação das informações apresentadas pelo novo painel. Logo em seguida, Dr. Marcelo Bressan sugeriu que os testes fossem realizados por uma vara de cada competência, sugerindo também a busca por uma vara mais enxuta para que fosse possível a validação das informações apresentadas com uma maior facilidade. Relatou ainda que a realização de testes por varas mais sobrecarregadas poderá impossibilitar a conferência necessária nessa fase.

Ante ao exposto, Dr. Adriano concordou com a colocação do Dr. Marcelo Bressan, solicitando apenas que a Corregedoria fosse inserida no Piloto, uma vez que a mesma necessita das informações para realização das inspeções, além disso, a mesma pode colaborar na validação das informações apresentadas.

Corroborando com o que foi apresentado, a Dra. Paula Mazzei sugeriu a utilização dos Juízes das Coordenadorias como forma de apoio e indicação dos Magistrados que farão parte dos testes do novo Painel.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela escolha de duas varas de cada competência, limitadas a 10, com menor acervo e Juízes com maior disponibilidade de comunicação para realização dos testes, sendo que posteriormente os nomes serão indicados.

2.4. Expansão PJE - Cronograma

O Sr. Carlos Arimatéa informou que os treinamentos estão ocorrendo desde a semana anterior. Prosseguiu relatando que no dia 30 de novembro haverá a implantação do PJE em aproximadamente 22 (vinte e duas) unidades judiciárias - Juizados Especiais Cíveis - JEC, e ainda, na 13ª Vara Cível de Vitória, que por determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ será a 1ª Vara Cível do PJES a possuir o PJE. Informou que no dia 14 de dezembro o PJE será implantado nas 1ª, 2ª e 3ª Turmas Recursais da Capital. Prosseguiu relatando que a novidade com relação ao projeto de implantação é a reorganização das turmas recursais que tem como proposta as distribuições equânimes em todo Estado. Informou que ainda não foi possível realizar o levantamento do impacto que a mudança acarretará nas demais frentes de trabalho do PJE. Relatou que para minimizar os impactos foram criadas duas frentes de trabalho (turma recursal e migração 2.0, que é a fase prévia para implantação no 2º grau), todavia, apenas em janeiro a STI poderá dar ao Comitê o posicionamento de possíveis impactos.

A título de demonstrar o avanço do PJE no PJES, foram apresentados 3 gráficos:

Prosseguiu informando que nos Juizados Especiais Cíveis, após as últimas implementações, 88% das unidades judiciárias utilizarão o PJE e 31% o PROJUDI, sendo que algumas unidades utilizam os dois sistemas simultaneamente. Nas Varas de Execução Fiscal, 91% estarão utilizando o PJE e 4,7% utilizarão o

3



PROJUDI e com relação ao total geral, serão 95 (25,27%) das 376 unidades judiciárias utilizando o PJE em ao menos uma competência. Prosseguiu reforçando a necessidade de migração para o PJE 2.0, como pré-requisito, para uma futura implantação do PJE no 2º grau. Relatou que em reunião realizada pelo CNJ restou demonstrado que a necessidade do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES é a mesma de grande parte dos Tribunais de todo o país, e com isso, serão criadas diversas frentes de trabalho, com o apoio dos Tribunais de todos os Estados em busca de soluções unificadas que atendam aos Tribunais. Informou que o sistema PJE 2.0 encontra-se disponível para início das homologações, e ainda, que este projeto atualmente está 25% concluído sendo os 75% faltantes divididos nos testes funcionais, ou seja, validação dos fluxos do PJES, na capacitação da equipe do PJE e na geração de material de reciclagem para todas as unidades que utilizam o PJES, uma vez que a nova versão apresenta grandes mudanças estruturais. Informou que para haver a concretização da migração do PJE 2.0 há necessidade de se ter o apoio do CNJ com relação ao suporte e migração e da EMES para a organização e realização dos treinamentos. Reforçou que para se alcançar o sucesso na migração, o escopo do projeto deve ser mantido. Com relação à capacitação, sugeriu a alocação de um multiplicador, não integrante da STI, para ambientação na nova versão, produção e publicação do conteúdo e posterior preparação das capacitações na nova versão do sistema, ademais, reforçou que todo o processo de capacitação deve ser conduzido pela Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo - EMES.

Dr. Marcelo Bressan questionou sobre o tempo necessário para formação do multiplicador que será responsável pelos treinamentos da versão do Pje 2.0.

Sr. Carlos Arimatéa esclareceu que seria necessário que o servidor em questão ficasse na STI 1 (uma) ou 2(duas) vezes por semana no período mínimo de 2 (dois) meses.

Sr. Marcelo Albuquerque questionou se o objetivo do treinamento é utilizar alguém que já faz uso do PJE, e se posteriormente essa pessoa ficaria responsável por realizar o treinamento das outras equipes em sua região.

Sr. Carlos Arimatéa informou que o objetivo principal é a formação de multiplicadores que auxiliarão na elaboração do material a ser utilizado no curso à distância, além do suporte pós-implantação do sistema, funcionando como um apoio imediato na retirada de dúvidas dos usuários da região no qual ele faz parte.

Dra. Paula Mazzei indagou a quantidade de servidores necessária para esta demanda.

Sr. Carlos Arimatéa informou que seriam necessários 2 (dois) servidores em cada grande polo e no mínimo 1 (um) desses com disponibilidade para comparecer a STI 2(duas) vezes na semana.

Dr. Marcelo Bressan questionou sobre a data que precisa haver a disponibilização dos multiplicadores.

Sr. Carlos Arimatéa informou que há necessidade de disponibilização a partir de janeiro.

Dra. Paula Mazzei indagou se há possibilidade de contratação de pessoas capacitadas para prestação de auxílio a STI.

Sr. Carlos Arimatéa informou que não há possibilidade imediata de contratação de apoio no que se refere à parte técnica, todavia, há possibilidade de contratação de empresa responsável para realização de treinamento.

Dr. Adriano Mello relatou que a contratação de empresa que realizasse o treinamento diminuiria em torno de 70% (setenta por cento) a demanda de um servidor efetivo e o envolvimento da equipe do Pje.

Sr. Carlos Arimatéa informou sobre a existência de um processo de contratação de empresa para realização de treinamento que não teve o prosseguimento de seu trâmite após a mudança de gestão.

Dra. Paula Mazzei questionou se há possibilidade de reiteração do pedido de contratação de empresa para realização de treinamento.

Sr. Marcelo Albuquerque informou a necessidade de verificação com Mariana da EMES o motivo que acarretou a pausa do trâmite do processo de contratação.

Sra. Rita Almeida questionou se em uma contratação, a responsabilidade pela elaboração do material ficaria sob a responsabilidade da empresa contratada.

Sr. Carlos Arimatéa informou que a elaboração de todo o material ficaria sob a responsabilidade da empresa contratada, dessa forma, seria possível o foco da equipe técnica nos estudos para implementação do Pje no 2º Grau.

Dr. Aldary Júnior perguntou se o custo desta contratação seria elevado.



Sr. Carlos Arimatéa informou que, de acordo com o levantamento realizado, o valor a ser investido seria de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mas ressaltou que os pagamentos seriam efetuados de acordo com as ordens de serviço emitidas.

Dra. Paula Mazzei sugeriu que o CGTIC solicitasse a priorização da capacitação do PJE à EMES.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela contratação de empresa para realização do treinamento de capacitação e foco da equipe do PJe nos aspectos técnicos do projeto.

3. Implantação SIARHES

O Sr. Carlos Arimatéa iniciou informando que o SIARHES é o sistema de Recursos Humanos do Executivo do Estado do Espírito Santo. Relatou que o surgimento da demanda decorreu dos problemas referentes à contratação da empresa responsável pela implantação do Sistema de Gestão Integrada ERP, uma vez que a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI e da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP realizaram um estudo de adesão do sistema ao E-SOCIAL. Como resultado, constatou-se que a empresa não havia realizado as adequações necessárias, e por isso, vislumbrou-se a oportunidade de utilização do sistema de folha de pagamento e RH do executivo - SIARHES para a entrega das informações exigidas pelo E-SOCIAL.

Sr. Marcelo Albuquerque informou que está sendo realizado o levantamento manual dos dados para atendimento do e-social. Prosseguiu relatando que a empresa contratada para desenvolver o sistema não o fez, e com isso haverá necessidade de alimentação do SIARHES, não tendo a STI condições de entregar os dados de forma mais madura e a SGP deverá realizar o levantamento e alimentação dos dados de forma manual. Informou, ainda, que a implantação do SIARHES pode ser atrasada, pois os dados não chegarão prontos.

Dra. Paula Mazzei questionou se há chance de contratação de empresa para realizar a preparação dos dados.

Sr. Marcelo Albuquerque discorreu sobre a contratação da Fábrica de Software que está em andamento. E informou que não tem conhecimento sobre a possibilidade de contratação nesse sentido.

Sra. Cintia Varejão relatou que o levantamento dos dados necessários já está em andamento pela SGP, sendo realizados de forma manual.

Sr. Carlos Arimatéa esclareceu que a contratação da Fábrica de Software não foi iniciada, portanto não haveria tempo hábil para aguardar a contratação.

O Sr. Carlos Arimatéa prosseguiu relatando que atualmente a equipe responsável pelo suporte a futura implantação do sistema, possui apenas 4 (quatro) servidores, que realizam a manutenção de aproximadamente 15 (quinze) sistemas, e ainda, citou as seguintes entregas que precisam ser realizadas: Resolução 29/2018; Cidades (TCE-ES) a partir de janeiro; DIRF até o final de fevereiro; Sistema Recadastró; Notificação TCE (PAE); Folha de Inativos IPAJM; E-Social. Prosseguiu informando que a proposta da STI seria a prorrogação dos prazos internos, o apoio político no sentido de preservar o servidor solicitado pela PRODEST, priorização por meio da definição efetiva das demandas e foco técnico da equipe, liberando os servidores da STI das tarefas administrativas, sendo uma alternativa para enfrentar o elevado nº de demandas e ao reduzido quadro de servidores efetivos da STI.

Dr. Aldary Júnior questionou como é designado o gestor do contrato e se há remuneração.

Sr. Marcelo Albuquerque informou que o gestor de contrato é designado pela Secretaria Geral, por indicação da chefia imediata.

Sra. Cintia Varejão narra, a título de informação, sobre carência de servidores na STI e afirma a necessidade de utilização do SIARHES devido ao convênio existente anteriormente, a ausência de comunicação dos sistemas atuais, e a ausência de tempo para uma nova contratação para implantação de um ERP. Prosseguiu informando que inicialmente o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST concordou em ceder um de seus servidores, todavia, posteriormente solicitou a disponibilização de um servidor da STI.

Sr. Marcelo Albuquerque propôs a realização de tentativa de disponibilização do recurso da STI a partir de março devido ao retorno de um servidor que se encontra no exterior.



Dr. Fabio Brasil sugeriu que o presidente do Comitê buscasse o auxílio do presidente do TJES para que este contatasse o Governador do Estado em busca de auxílio.

Sr. Carlos Arimatéa ressaltou que a alocação de um dos servidores na PRODEST poderá acarretar a ausência das entregas necessárias tendo em vista a permanência de apenas 3 servidores para administrar 15 (quinze) sistemas e todas as demandas já citadas, muitas inclusive com prazos frente aos órgãos de controle.

Dr. Adriano Mello e Dr. Fabio Brasil defenderam que foge a competência do Comitê definir sobre a cessão do servidor.

Sra. Rita Almeida relatou que mesmo havendo um baixo número de servidores para a manutenção de inúmeros sistemas na STI, a prioridade no momento é a disponibilização de um servidor para a PRODEST para que seja possível realizar a entrega do e-social.

Sr. Carlos Arimatéa advertiu que a saída de um servidor acarretaria o aumento do risco da administração, uma vez que algumas demandas que envolvem prazos legais de órgãos de controle podem não ser cumpridas.

Sra. Cintia Varejão sugeriu a realização de conversa informal entre o presidente do TJES e o Governador.

Sr. Marcelo Albuquerque informou que na próxima quarta-feira tentará negociar junto a PRODEST a disponibilização do servidor apenas a partir de março, e se não for possível, apresentará o assunto novamente ao Comitê.

Em último caso, o Dr. Fabio Brasil sugeriu a disponibilização do servidor à PRODEST e o aguardo da STI pelo servidor que retornará no mês de março. Ademais, sugeriu a realização de uma força tarefa para acelerar a conclusão da contratação.

Dr. Aldary Júnior relatou que a crise pela escassez de servidores ocorre em todas as unidades do PJES, inclusive é uma realidade em diversas unidades judiciárias do 1º grau.

Dr. Fabio Brasil ressaltou que o projeto de expansão do PJe é uma das alternativas para o problema relatado pelo Dr. Aldary, por esse motivo é um projeto estratégico para a instituição, e está sendo tratado como tal.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela realização de força tarefa para a contratação, disponibilização do servidor da STI apenas em março e, caso não seja possível, a tentativa do Presidente do TJES em contatar o Governador do Estado para se tentar resolver a presente questão. Ademais, destacou que a migração ocorrerá diretamente para o SIARHES, não havendo possibilidade de desenvolvimento de novos sistemas ou repositório de dados solicitados pelo consultor ou pela SGP, uma vez que a prioridade é a migração para o sistema SIARHES.

4. Desvio de Função

A Sra. Cintia Varejão iniciou informando que o PJES recebeu expediente, da Procuradoria Geral do Estado do ES - PGE, solicitando que fosse interrompido o desempenho de atividades por técnicos da STI, que entraram com processos judiciais, pleiteando o recebimento de valores por eventuais atividades que caracterizasse o desvio de função.

Sra. Rita Almeida relatou que em todo o judiciário se tem o questionamento de técnicos que afirmam desempenhar a função de analistas e que o grande problema é a falta de pessoal.

Nesse sentido, o Sr. Carlos Arimatéa relatou as dificuldades enfrentadas pela Gestão da STI, são diversos pedidos de informação oriundos dos processos para o fornecimento de subsídios. Em que pese que o entendimento inicial seja que não há servidores em desvio, explicou que se trata de assunto que foge da competência da TIC, fazendo uma analogia aos casos similares que ocorrem na Justiça do Trabalho, onde normalmente é designado um perito para análise.

5. Nomeação para Cargos de Assessoria na STI

Diante do cenário apresentado, Dr. Marcelo Bressan questionou sobre o número de assessores da STI.

Sr. Marcelo Albuquerque informou que existiam 3 (três) assessores e 10 (dez) chefias de seção, tendo



ainda informado que hoje permanece a dificuldade do retorno das funções devido as demais pendências existentes com os magistrados e servidores do PJES.

Dra. Paula Mazzei e Dr. Marcelo Bressan se manifestaram no sentido que a restrição de cargos comissionados não deveria abranger a STI, tendo em vista que as ações da Secretaria tem o objetivo de atender toda a instituição.

Sra. Rita Almeida ressaltou que a volta dos cargos não significa o aumento da força de trabalho, uma vez que as chefias de seção só podem ser ocupadas por servidores efetivos.

Prosseguiu informando que, na sua visão, não há problemas na gestão e sim na mão de obra para o desenvolvimento dos sistemas.

Sr. Carlos Arimatéa fez uma ressalva, que os cargos comissionados de assessores não possuem essa mesma obrigatoriedade. Ademais, ressaltou a importância dos cargos para o apoio na gestão das atividades e dos recursos de TIC, frente às inúmeras demandas, projetos, contratos e contratações que são de responsabilidade da STI.

Dra. Paula Mazzei afirmou que a concentração de responsabilidades nos cargos de Secretário e Coordenadores repercute no rendimento e disponibilidade dos gestores para trabalhar nas frentes que tem o poder de transformação para o PJES.

A Sra Rita Almeida pontuou que o objetivo maior é reestruturar a STI. Ressaltou, ainda, que a terceirização está em andamento, todavia o número de demanda e o volume de serviço é grande, acontecendo diversas vezes a necessidade de parar uma demanda em andamento para atender outra de maior prioridade.

O Sr. Carlos Arimatéa reforçou a importância do retorno dos cargos, principalmente de assessoria, que são utilizados para apoio dos gestores da STI, uma vez que não há servidores com formação em direito no quadro de servidores da STI.

Ante ao exposto, o Dr. Fabio Brasil solicitará ao presidente do TJES o apoio direto de um assessor da presidência que atenda a STI.

Dr. Aldary Júnior ponderou que a nomeação de cargos de assessoria para a STI provocará o questionamento do público interno.

Sr. Carlos Arimatéa relatou que o impacto financeiro é mínimo com a nomeação de cargos de assessoria e funções gratificadas para a STI.

Dr. Fabio Clem ressaltou que financeiramente não há relevância da nomeação de cargos de assessoria para a STI, todavia a mesma poderia encontrar alguns obstáculos no TJES.

6. Principais entregas

Cadastro Nacional de Adoção: foi realizada uma atualização tecnológica, trazendo uma maior segurança para o sistema, além disso, ocorreu a migração de todas as varas do Poder Judiciário do Espírito Santo - PJES, relatou também, com relação a Consulta Jurisprudencial, que o tempo para a realização foi reduzido e o período de 2 (dois) anos anteriormente existente foi retirado, proporcionando o aumento, sem prévia divulgação, de 38,8% nas consultas realizadas. Prosseguiu relatando que a Migração de Precatórios para o sistema EJUD possibilita a realização de consulta unificada promovendo uma maior transparência e produtividade para a Assessoria de Precatórios.

6.1. Meta 5

Sra. Rita Almeida informou que conforme relatado na reunião anterior contactou o Juiz Robson, objetivando realizar a consulta às procuradorias municipais sobre a cessão das informações relacionadas à recuperação de valores relativos à dívida ativa dos municípios, tendo o Dr. Robson informado que seria inviável tal realização, e por isso, apontou a necessidade de retorno da demanda "inserção dos resultados da meta 5"

Dr. Fabio Brasil sugeriu que o assunto fosse submetido ao grupo de metas para deliberação.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela apresentação ao grupo de metas da proposta de realização de consulta às procuradorias municipais sobre a cessão das informações relacionadas à recuperação



judicial no Município.

7. Projetos em andamento

O Sr. Carlos Arimatéa pontuou os projetos que estão em andamento. Com relação ao SIGA – Migração CNI informou que o projeto está na fase 4 (quatro) que é a fase de migração para o CNJ, restando cumpridas as fases 1, 2 e 3, respectivamente: Piloto em 5 Estados, Evolução Tecnológica e Expansão para o PJES. A respeito do Sistema Arquivo Geral relatou que se encontra na fase final de desenvolvimento em decorrência da rescisão contratual ocorrida. Sobre o Controle de Prazo Prescricional 2º Grau descreveu que ocorreu a validação dos requisitos e que a previsão de entrega do desenvolvimento é no dia 15/12, tendo ainda ressaltado que o pleito se trata de um atendimento a uma demanda do CNJ. No que tange ao Cadastro de Auxiliares da Justiça relatou que foi realizada análise junto à Justiça Federal e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, bem como a requisição do Código-fonte para o último. Relatou, que o sistema do TJMG, a priori, atende as necessidades do PJES. Entretanto, ressaltou que recentemente, o sistema foi alvo de um ataque cibernético, que resultou no vazamento de informações.

Dra. Paula Mazzei questionou se o TJMG autorizou o fornecimento do Código-fonte.

Sr. Carlos Arimatéa afirmou que ainda não teve resposta oficial, mas, em conversa com o Secretário do TJMG, este informou sobre a necessidade de aguardar a realização da correção, não tendo informado o prazo para realizar a referida correção.

Dra. Paula Mazzei e Dr. Fabio Brasil sugerem a reiteração da solicitação para que possa se ter uma resposta definitiva que sirva até mesmo de respaldo para o CNJ, por existir a possibilidade de haver cobrança na correção que será realizada.

Dr. Marcelo Bressan questionou sobre a possibilidade de utilização do sistema da Justiça Federal.

Sr. Carlos Arimatéa informou que o sistema do TJMG já realizou modificações no sistema da Justiça Federal, e após avaliação dos integrantes definidos pela Presidência, o sistema do TJMG seria a melhor opção para o TJES.

Dra. Paula Mazzei sugeriu a possibilidade de se ter alternativas caso não haja resposta do TJMG.

Dr. Fabio Brasil sugeriu o contato outros Tribunais para verificação de ferramenta semelhante, e ainda, que o presidente do TJES entre em contato com o Presidente do TJMG para reiteração do pedido.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela reiteração da solicitação realizada ao TJMG.

8. Manutenção Programação

O Sr. Carlos Arimatéa informou ao Comitê, que a parada programada será realizada durante o recesso forense. Relatou que entre os dias 20/12/2018 e 21/12/2018 serão realizadas melhorias na base de dados do Consulta Unificada e do PJe acarretando a indisponibilidade dos referidos sistemas. Durante os dias 26/12/2018 e 28/12/2018 realizar-se-ão melhorias na base de dados do sistema E-JUD e 2ª instância gerando instabilidade destes. Entre os dias 02/01/2019 e 03/01/2019 será realizada a atualização do Access Manager e Manutenção do Nobreak que acarretará sua indisponibilidade total.

9. Plano de Contratação

O Sr. Carlos Arimatéa informou que o plano de contratação reflete as contratações necessárias a serem realizadas pela STI no próximo ano. Esclareceu que não tem caráter vinculativo, havendo necessidade de deliberação do Comitê pela estratégia da contratação.

O CGTIC/TJES DELIBEROU pela aprovação do plano de contratação apresentado contendo os seguintes projetos:

Projetos de Sustentação (Mantem a operação do atual ambiente computacional do PJES)

Secretaria:

- Materiais de reposição.
- Manutenção de equipamentos diversos (Ativos de TI).
- Aquisição de Ferramentas e Materiais de TI.

Coordenadoria de Suporte e Manutenção:

- Aquisição de certificados digitais A1 e serviço de entrega.
- Suporte técnico para os produtos Veritas



- Manutenção Nobreak e material de reposição de Nobreak APC
- Manutenção de Centrais Telefônicas
- Suporte e manutenção de Storage Netapp
- Implantação de monitoramento de Data Center
- Aquisição de novas centrais telefônicas

Projetos de evolução de serviços (Novos projetos)

Secretaria:

- Contratação de serviço de Outsourcing de Impressão
- Aquisição de nobreaks, Impressora térmica e leitor óptico
- Solução para gravação de audiência
- Contratar serviço especializado de Outsourcing de TI para 1º, 2º e 3º Níveis
- Aquisição de mesa de desenho digital para a ASCOM
- Aquisição de projetores
- Contratação de solução para a substituição das estações de trabalho (computadores) e Serviço de instalação.
- Contratação de softwares diversos

Coordenadoria de desenvolvimento

- Contratar Fábrica de Software
- Serviços de implantação, manutenção, suporte técnico, treinamento para usuários finais e para equipe de tecnologia da informação, customização e serviços de migração de dados.

Coordenadoria de Suporte e Manutenção:

- Aquisição de componentes de rede e infraestrutura diversos
- Licenciamento Microsoft SQL Server para suportar as soluções de segurança em utilização no PJES
- Manutenção de Centrais Telefônicas



Nome	Assinatura
Fabio Clem de Oliveira	
Fábio Brasil Nery	
Adriano Corrêa de Mello	
Lyrio Régis de Souza Lyrio	
Paula Ambrozim de Araújo Mazzei	
Marcelo Feres Bressan	
Rita de Cássia Barcellos Almeida	
Marcelo Tavares de Albuquerque	
Carlos Vinicius de Arimatéa	
Cintia Simões Varejão	